

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O problema da justiça refere-se à correspondência, ou  
 não, entre a norma e os valores supremos ou finais que  
 inspiram determinado ordenamento jurídico. Não importa  
 4 comentar se existe um ideal de bem comum, idêntico para  
 todos os tempos e para todos os lugares. Todo ordenamento  
 jurídico persegue certos fins e esses representam os valores  
 7 a cuja realização o legislador, mais ou menos conscientemente  
 e adequadamente, dirige sua própria atividade. Quando se  
 considera que há valores absolutos, objetivamente evidentes,  
 10 a pergunta acerca de se uma norma é justa ou injusta equivale  
 a perguntar se esta é apta ou não a realizar aqueles valores. No  
 caso de não se acreditar em valores absolutos, o problema da  
 13 justiça ou da injustiça de uma norma tem um sentido: equivale  
 a perguntar se essa norma é apta ou não a realizar os valores  
 históricos que inspiram esse ordenamento jurídico, concreta e  
 16 historicamente determinado.

Norberto Bobbio. *Teoría general del derecho*. Bogotá/CO:  
 Temis S.A., 1999, p. 20-2 (tradução livre, com adaptações).

De acordo com as ideias do texto **Teoría general del derecho**,

- 1 o problema da justiça é estudado a partir da análise entre o mundo ideal e o mundo real, entre o dever-ser, que representa a norma justa, e o não dever-ser, que corresponde à norma injusta.
- 2 a questão de se definir se uma norma jurídica é justa ou injusta é um problema deontológico do direito, ou seja, remete a um juízo de valor.
- 3 estudar o problema da justiça ou da injustiça de uma norma jurídica pressupõe o exame de sua aptidão para o ideal do bem comum.

Julgue os itens subsequentes, relativos às estruturas linguísticas do texto **Teoría general del derecho**.

- 4 Na concatenação das ideias do texto, ocorre uma sequenciação textual conjugada entre a oração iniciada com “Quando” (ℓ.8) e a oração começada por “No caso de” (ℓ. 11 e 12).
- 5 Sem prejuízo para a correção gramatical e para a coerência do texto, o primeiro período poderia ser assim reescrito: A questão da justiça concerne a correspondência ou não entre a norma e valores absolutos, ou finais, inspiradores de dado ordenamento jurídico.

- 6 Na estrutura textual, o vocábulo “esta” (ℓ.11) e a expressão “aqueles valores” (ℓ.11) fazem referência, respectivamente, ao termo “norma” (ℓ.10) e à expressão “valores absolutos” (ℓ.9).
- 7 Na linha 15, caso se substituísse o vocábulo “concreta” por **concreto**, não haveria prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, já que esse novo termo concordaria com a expressão “ordenamento jurídico”.

1 O termo justiça expressa o que se faz conforme o  
 direito ou segundo as regras prescritas em lei. Desse modo, o  
 termo justiça como conformidade da conduta a uma norma é  
 4 empregado para julgar o comportamento da pessoa humana  
 diante de uma norma, seja esta moral, seja de direito natural ou  
 de direito positivo. Já o termo justiça como eficiência de uma  
 7 norma (ou de um sistema de normas), no sentido de se  
 possibilitar as relações entre os homens, é empregado para  
 julgar a própria norma que regula o comportamento humano.

Carlos Henrique Bezerra Leite *et al.* *A validade e a eficácia das normas jurídicas*.  
 (Coord. Renan Lotufo). Barueri/SP: Manole, 2005, p. 7 (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto **A validade e a eficácia das normas jurídicas**, julgue os itens a seguir.

- 8 Em “seja esta moral, seja de direito natural” (ℓ.5), é obrigatório o emprego da vírgula para indicar a relação de alternância entre os elementos de orações de mesmo nível sintático.
- 9 Conclui-se do texto que existem dois significados principais do termo justiça, que se complementam, mas que, diretamente, não se equivalem.
- 10 No primeiro período do texto, a partícula “se” é empregada para realçar o que está sendo afirmado nesse período.
- 11 Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, a estrutura “Desse modo (...) diante de uma norma” (ℓ. 2 a 5) poderia ser assim reescrita: Assim sendo, emprega-se o termo justiça para julgar o comportamento do ser humano em consonância à norma de conduta.

1 Consta do preâmbulo da Constituição Federal que a  
 justiça é um dos valores supremos da sociedade, tal qual a  
 harmonia social e a liberdade. Nos demais artigos da Carta  
 4 Magna, esse termo costuma vir associado à ideia de justiça  
 social. Assim, o primeiro inciso do artigo terceiro da  
 Constituição estabelece que a construção de uma sociedade que  
 7 seja justa é um objetivo fundamental da República Federativa  
 do Brasil. Ao circunscrever a justiça no espaço da sociedade,  
 o texto constitucional estabelece, em síntese, que a promoção  
 10 da justiça na sociedade é um fim do Estado brasileiro.

Sérgio Luiz Junkes. *A justiça social como norma constitucional. Resenha eleitoral – Nova série*, v. 12, n.º 1, jan.-jun./2005. Internet: <www.tre-sc.jus.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto **A justiça social como norma constitucional**, julgue os seguintes itens.

- 12 À semelhança do que ocorre com a expressão “em síntese” (ℓ.9), o trecho “que seja justa” (ℓ. 6 e 7) constitui uma expressão explicativa, razão por que também poderia ser isolado por um par de vírgulas, sem que isso acarretasse prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto.
- 13 Compreende-se do texto, em síntese, que a justiça social equipara-se, como valor da sociedade, à harmonia social e à liberdade.
- 14 Deduz-se do texto, sob o ponto de vista semântico, que a promoção da justiça social constitui meta da República Federativa do Brasil.
- 15 Na linha 2, sem prejuízo para a correção gramatical, a expressão “tal qual” poderia ser flexionada no plural, para concordar com “valores supremos”.

#### COMUNICADO GDG N.º 2, DE 30 DE JANEIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em cumprimento ao que determina o art. 1.º da Resolução CNJ n.º 22, de 5 de junho de 2010, divulga a frota de veículos do Tribunal, conforme a planilha anexa.

José Joaquim Xavier

No tocante a aspectos gerais das correspondências oficiais e com fundamento no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os próximos itens, relativos ao fragmento de comunicação oficial hipotética anteriormente apresentado — COMUNICADO GDG N.º 2.

- 16 O vocativo adequado, na elaboração de expediente oficial dirigido ao emitente da comunicação em apreço, seria “Digníssimo Senhor”, seguido do nome do cargo correspondente.
- 17 A comunicação oficial hipotética em questão não atende à concisão, uma das qualidades essenciais da redação oficial.
- 18 O vocábulo “anexa” foi empregado de acordo com o padrão culto formal da língua portuguesa.

PORTARIA STJ/GDG N.º 205, DE 6 DE MARÇO DE 2015.

Prorroga o prazo estabelecido na Portaria STJ GDG n.º 1.247, de 9 de dezembro de 2014.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo item 17.2, X, b, do Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça,

RESOLVE:

Art. 1.º Prorroga, até 6 de abril de 2015, o prazo estabelecido no art. 3.º da Portaria STJ GDG n.º 1.247, de 9 de dezembro de 2014.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

José Joaquim Xavier

Acerca de aspectos gerais das correspondências oficiais e com fundamento no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os próximos itens, relativos ao documento oficial hipotético anteriormente apresentado — PORTARIA STJ/GDG N.º 205.

- 19 Caso o artigo primeiro do documento em apreço constituísse um *caput* seguido de um único parágrafo, este deveria ser identificado por extenso e seu texto deveria iniciar-se com letra maiúscula e encerrar-se com ponto final.
- 20 Em uma portaria, denomina-se epígrafe o trecho do texto que sintetiza seu conteúdo, de modo a permitir o conhecimento imediato da matéria, como na hipótese em questão: “Prorroga o prazo (...) dezembro de 2014”.

Julgue os itens seguintes, relativos ao sistema operacional Windows 7.0 e ao Microsoft Excel 2013.

- 21 O recurso Validação de Dados, do Excel 2013, permite que se configure uma célula de tal modo que nela só possam ser inseridos números com exatamente doze caracteres. Esse recurso pode ser acessado mediante a seguinte sequência de acessos: guia Dados; grupo Ferramentas de Dados; caixa de diálogo Validação de Dados.
- 22 No Windows 7, uma das opções de configuração que pode ser definida para a Lixeira é fazer que um arquivo apagado por um usuário seja imediatamente excluído do sistema, eliminando-se, dessa forma, o envio desse arquivo à Lixeira.

Com relação a conceitos básicos de redes de computadores e ao programa de navegação Mozilla Firefox, julgue os próximos itens.

- 23 Os complementos são aplicativos que permitem ao usuário personalizar o Firefox com estilos ou recursos extras. As extensões são um tipo de complemento encontradas na última versão desse navegador e possibilitam, entre outros recursos, a integração do Firefox com alguns sites da Internet.
- 24 A topologia física de uma rede representa a forma como os computadores estão nela interligados, levando em consideração os tipos de computadores envolvidos. Quanto a essa topologia, as redes são classificadas em homogêneas e heterogêneas.

Com relação a conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e programas e a procedimentos de segurança da informação, julgue os itens seguintes.

- 25 Atualmente, um dos procedimentos de segurança mais adotados pelos sítios é chamado de *captcha*. As *captchas* mais conhecidas são as imagens distorcidas de um código alfanumérico. Esse mecanismo é considerado bastante seguro, mas não impede totalmente que alguns programas automatizados preencham formulários na Web como se fossem uma pessoa realizando, por exemplo, um cadastro em um sítio de compras.
- 26 No Windows 7, a execução do recurso Limpeza de Disco, desde que configurado, além de acarretar o apagamento dos arquivos temporários e arquivos considerados desnecessários pelo sistema, também apagará os arquivos contidos na Lixeira.

A respeito da administração pública direta e indireta e de atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 27 É defesa aos Poderes Judiciário e Legislativo a criação de entidades da administração indireta, como autarquias e fundações públicas.
- 28 Em regra, o silêncio da administração pública, na seara do direito público, não é um ato, mas um fato administrativo.
- 29 A atividade administrativa pode ser prestada de forma centralizada, em que um único órgão desempenha as funções administrativas do ente político.

Julgue os itens a seguir, referentes a institutos diversos do direito administrativo.

- 30 A aplicação retroativa de nova interpretação dada a norma administrativa é admitida no processo administrativo.
- 31 A recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- 32 O objetivo da licitação pública é escolher a proposta mais vantajosa para o futuro contrato e fazer prevalecer o princípio da isonomia, visando à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Julgue os itens seguintes, acerca dos direitos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil.

- 33 Uma banda formada por músicos amadores não remunerados estará dispensada do pagamento de direitos autorais em razão da execução de obra musical alheia.
- 34 Ações afirmativas são mecanismos que visam viabilizar uma isonomia material em detrimento de uma isonomia formal por meio do incremento de oportunidades para determinados segmentos.
- 35 A superveniência de nova Constituição não afetará o direito adquirido na ordem constitucional anterior.

Julgue os itens subsecutivos, acerca da República Federativa do Brasil.

- 36 As Constituições dirigentes privilegiam as liberdades individuais, impondo ao Estado um dever de abstenção e um papel secundário na concretização dos valores fundamentais.
- 37 Segundo o pensamento ideológico político-liberal surgido a partir do século XIX, toda Constituição deve consagrar direitos fundamentais e a separação de poderes.
- 38 A Constituição é instituto multifuncional que engloba entre seus objetivos a limitação do poder e a conformação e legitimação da ordem política.

Julgue os itens seguintes de acordo com o Regimento Interno do STJ (RI/STJ).

- 39 A revisão criminal dispensa atuação do revisor.
- 40 É da Segunda Seção do STJ a competência para processar e julgar feitos que versem sobre registros públicos, ainda quando o Estado participar da demanda, competência essa que, embora seja relativa, será prorrogada se a causa impeditiva da prorrogação não for suscitada a tempo e modo pelas partes.
- 41 Os *habeas corpus* e o agravo regimental são postos em mesa para julgamento pelas turmas, independentemente de publicação em pauta.
- 42 Ainda que ocorra durante as férias no STJ, a publicação de decisão liminar em mandado de segurança produzirá os efeitos de intimação.

Acerca das substituições eventuais no âmbito do STJ, julgue os itens subsequentes à luz do RI/STJ.

- 43 Em caso de medidas urgentes, o relator, se estiver impedido, será substituído pelo revisor, quando houver.
- 44 Ausentes o presidente e o vice-presidente do tribunal, presidirá a sessão do plenário o ministro mais idoso.

No que concerne ao Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ), julgue o item a seguir.

- 45 O PLS-PJ é um instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos, metas e prazos que permitem o monitoramento e a avaliação das práticas de sustentabilidade.

Com relação ao desenvolvimento sustentável no âmbito das licitações e contratações da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 46 A Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública, que é composta por um grupo de apoio técnico que presta serviço público remunerado à administração pública federal, tem dois representantes do TCU.
- 47 Cabe à administração pública federal, visando promover o desenvolvimento nacional sustentável, observar, nas contratações realizadas, o menor impacto sobre recursos naturais e utilizar inovações que reduzam a pressão sobre esses recursos.

A respeito da Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC); da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei n.º 12.305/2010; e da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), julgue os seguintes itens.

- 48 O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem natureza estritamente diagnóstica, ao caracterizar o empreendimento, os resíduos gerados e seus respectivos passivos ambientais.
- 49 Constituem instrumentos da PNMC, entre outros, os mecanismos financeiros e econômicos, no âmbito nacional, referentes à mitigação e à adaptação à mudança do clima.
- 50 A A3P é um programa que congrega princípios de sustentabilidade e tem natureza cogente, pois obriga os órgãos e entidades públicas a promover o uso racional dos recursos naturais e a gestão adequada dos resíduos gerados e a adotar outras práticas de mitigação dos impactos antrópicos sobre o meio ambiente.